



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO:  
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES**

**FRANCISCO PEREIRA BELÉM II**

**A INCLUSÃO DA HISTÓRIA E CULTURAS INDÍGENAS NO ENSINO  
ESCOLAR SEGUNDO A LEI Nº 11.645.**

**ITAPORANGA – PB  
2014**

**FRANCISCO PEREIRA BELÉM II**

**A INCLUSÃO DA HISTÓRIA E CULTURAS INDÍGENAS NO ENSINO  
ESCOLAR SEGUNDO A LEI Nº 11.645.**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Íris Maria Barbosa Alves

**ITAPORANGA – PB  
2014**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

B428i Belém Segundo, Francisco Pereira.

A inclusão da história e culturas indígenas no ensino escolar segundo a lei nº 11.645 [manuscrito] : / Francisco Pereira Belém Segundo. – 2014.

32 p.

Digitado.

Monografia (Especialização em Fundamentos da Educação: práticas pedagógicas interdisciplinares) – Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à Distância, 2014.

"Orientação: Profa. Ma. Íris Maria Barbosa Alves, Departamento de Educação".

1. Educação. 2. Diversidade cultural. 3. Cultura indígena. I.

Título.

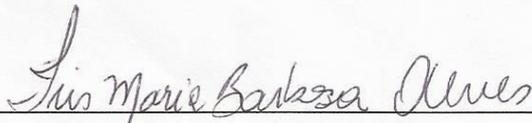
21. ed. CDD 370

**FRANCISCO PEREIRA BELÉM II**

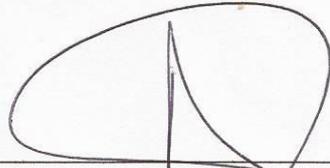
**A INCLUSÃO DA HISTÓRIA E CULTURAS INDÍGENAS NO ENSINO  
ESCOLAR SEGUNDO A LEI Nº 11.645.**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

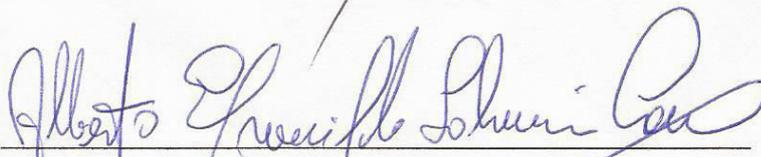
**Aprovada em:27/Setembro/ 2014**



Prof<sup>a</sup> Ms. Íris Maria Barbosa Alves/UEPB



Prof. Dr. Alex da Silva -UEPB



Prof. Ms. Alberto Edvanildo Sobreira Coura-UEPB



Dedico a realização desse trabalho em primeiro a Deus, o grande Arquiteto do Universo, pela inspiração nos momentos em que não me sentia capaz de escrever mais.

À minha mãe (*in memoriam*), que nos momentos de dúvidas pude sentir o soprar de suas palavras em meus ouvidos.

À professora Iris M. Barbosa Alves, por suas palavras de estímulo e carinho. Ah, se todos os professores fossem como a senhora!

E, finalmente, já que o final fica para o melhor, para Otaciane, a pessoa que Deus me deu para trilharmos juntos o caminho da vida, obrigado pelas palavras de força e carinho.

## **AGRADECIMENTOS**

- Agradeço a Deus pela Luz que clareou os meus pensamentos, guiando meus passos em direção à realização desse trabalho;
  
- Agradeço também à professora Iris Barbosa, pelo apoio nessa empreitada, que sem sua ajuda esse trabalho teria sido mais difícil;
  
- À minha família, em especial, a minha avó e minha mãe, que mesmo não estando presentes nesse plano material, pude sentir suas forças nas minhas dificuldades da vida;
  
- Meu agradecimento especial à Otaciane, pelas palavras fortes e gentis e que se mostram tão sábias, fazendo-me ver que o nosso caminho foi trilhado pela força divina.

## RESUMO

A diversidade cultural representa as distintas culturas existentes no planeta terra. Se há a diversidade étnica, ocorre também a diversidade cultural. Quanto à escola ela é um mosaico de várias cores e pensamentos. Como por exemplo, ao passarmos o olhar por uma sala de aula percebemos a diversidade entre os alunos. Para compreender a diversidade nas salas de aula é preciso entender que os alunos, além de seres históricos, são também seres sociais e culturais. É nesse sentido que consideramos imprescindível discutir essa diversidade étnica/cultural em sala de aula. No caso específico desse trabalho monográfico nos propomos a investigar a introdução da história e da cultura indígenas nas escolas. Para isso, realizamos uma coleta de dados junto aos professores do ensino fundamental I e II da Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Professora Ceci Badu de Sousa, situada no município de Ibiara – PB, objetivando investigar o conceito de diversidade cultural, bem como sobre a importância do ensino da diversidade cultural em sala de aula. Também indagamos junto aos professores sobre a Lei 11645, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”, bem como os mesmos representam, especificamente, o povo e a cultura indígena e qual a importância de se trabalhar a história do povo e a cultura indígena em sala de aula. A coleta de dados foi realizada por meio de um roteiro de entrevista com dezesseis (16) questões. Assim, a presente monografia se encontra dividida em três partes. A primeira parte, o capítulo I, problematiza a diversidade étnico/cultural em sala de aula. O capítulo II explora a importância da Lei 11.645/08, que obriga a introdução da história e da cultura indígenas e afrodescendentes nas escolas de ensino fundamental e médio nas disciplinas de história e artes. Aqui nosso enfoque foi, especificamente, a cultura indígena. Finalmente, o capítulo III explora os resultados da nossa pesquisa qualitativa, apresentando o campo de pesquisa, no caso a escola já referida anteriormente, detalhes do perfil dos professores entrevistados, bem como a análise dos dados.

**PALAVRAS-CHAVE:** diversidade étnico/cultural – Lei 11645/08 – cultura indígena.

## ABSTRACT

Cultural diversity is the different cultures existing on planet earth. If there is ethnic diversity, cultural diversity also occurs. As for school it is a mosaic of various colors and thoughts. For example, to move away for a classroom perceive diversity among students. To understand the diversity in classrooms is that students need to understand, as well as historical beings, are also social and cultural beings. It is in this sense that we consider essential to discuss this ethnic / cultural diversity in the classroom. In the specific case of this monograph we propose to investigate the introduction of history and indigenous culture in schools. For this, we conducted a data collection with teachers of elementary school I and II of the Municipal School of Child Education and Elementary Teacher Ceci Badu de Sousa, in the municipality of Ibiara - PB, aiming to investigate the concept of cultural diversity, as well as on the importance of teaching cultural diversity in the classroom. Also inquire with teachers about the Law 11645, which establishes guidelines and bases for national education, to include mandating the theme "History and Afro-Brazilian and indigenous" in the official curriculum of the school system and they represent, specifically, the people and the indigenous culture and the importance of working people and the history of indigenous culture in the classroom. Data collection was performed using an interview guide with sixteen (16) questions. Thus, the present monograph is divided into three parts. The first part, Chapter I discusses the ethnic / cultural diversity in the classroom. Chapter II explores the importance of Law 11,645 / 08, which requires the introduction of the history and culture of indigenous and African descent in elementary and secondary education in the disciplines of history and arts. Here our focus was specifically indigenous culture. Finally, Chapter III explores the results of our qualitative research, presenting the search field, if the school previously, said details of the profile of the teachers interviewed, as well as data analysis.

**KEYWORDS:** ethnic/cultural diversity - Law 11645/08 - indigenous culture.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>09</b>
<b>CAPÍTULO I - DIVERSIDADE ÉTNICO/CULTURAL EM SALA DE AULA.....</b>	<b>11</b>
<b>CAPÍTULO II - POVO E CULTURA INDÍGENA NO ENSINO SEGUNDO A LEI Nº 11.645.....</b>	<b>15</b>
<b>CAPÍTULO III- A PESQUISA: COLETA E ANÁLISE DOS DADOS.....</b>	<b>21</b>
<b>3.1. CAMPO DE PESQUISA: EMEIF Professora Ceci Badu de Sousa.....</b>	<b>21</b>
<b>3.2. TIPO DE PESQUISA.....</b>	<b>21</b>
<b>3.3. SUJEITOS DA PESQUISA.....</b>	<b>22</b>
<b>3.4. ANÁLISE DOS DADOS.....</b>	<b>23</b>
<b>3.4.1. Perscrutando diversidade cultural em sala de aula.....</b>	<b>23</b>
<b>3.4.2. Problematizando a Lei 11645.....</b>	<b>25</b>
<b>3.4.3. O povo e a cultura indígena discutidos em sala de aula.....</b>	<b>26</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>28</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>29</b>
<b>APÊNDICES</b>	
<b>APÊNDICE 1 – Roteiro de Entrevista</b>	

## INTRODUÇÃO

Sabe-se que a diversidade é própria da condição humana. Não é possível negar essa condição. Quanto à diversidade cultural é sabido que esta representa as distintas culturas existentes no planeta terra. Entendemos cultura, então, como o conjunto de costumes e tradições de um povo transmitidas de geração em geração. Refere-se, nesse sentido, aos diferentes/múltiplos costumes de uma sociedade, entre os quais podemos citar como elementos culturais representativos de um determinado povo, os seguintes exemplos: língua, vestimenta, culinária, manifestações religiosas, tradições, valores, folclore, comportamento, arte, dança, entre outros.

Ora, o que diferencia uma cultura das outras são os elementos constitutivos que conseqüentemente compõem o conceito de identidade cultural, ou seja, o indivíduo pertencente aquele grupo se identifica com os fatores que determinam sua cultura. Uma vez que a diversidade cultural engloba o conjunto de culturas que existem, são esses fatores de identidade que distinguem o conjunto dos elementos simbólicos presentes nas culturas reforçando as diferenças culturais que existem entre os seres humanos.

Além da diversidade cultural, a escola também apresenta uma diversidade étnica. A escola torna-se, então, um mosaico de várias cores e pensamentos. As salas de aula são os maiores exemplos. Como por exemplo, ao passarmos o olhar por uma sala de aula percebemos a diversidade étnica entre os alunos. Se há a diversidade étnica, ocorre também a diversidade cultural. Os pensares, assim como as pessoas, também são diversos. Para compreender a diversidade nas salas de aula é preciso entender que os alunos, além de seres históricos, são também seres sociais e culturais.

É imprescindível, também, discutir essa diversidade étnica/cultural em sala de aula. No caso específico desse trabalho monográfico nos propomos a investigar a introdução da história e da cultura indígenas nas escolas. Para isso, realizamos uma coleta de dados junto aos professores do ensino fundamental I e II da Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Professora Ceci Badu de Sousa, situada no município de Ibiara – PB, objetivando investigar o conceito de diversidade cultural segundo discursos dos professores entrevistados, bem como sobre a importância do ensino da diversidade cultural em sala de aula. Também indagamos junto aos professores sobre a Lei 11645, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”, bem como os

mesmos representam, especificamente, o povo e a cultura indígena e qual a importância de se trabalhar a história do povo e a cultura indígena em sala de aula.

A coleta de dados foi realizada por meio de um roteiro de entrevista com dezesseis (16) questões.

A presente monografia, então, encontra-se dividida em três partes. A primeira parte, o capítulo I, problematiza a diversidade étnico/cultural em sala de aula, onde percebe-se que a sala de aula é constituída por uma variedade de rostos, peles e cabelos, bem como crenças e costumes, e que para se construir um país mais democrático é preciso passar a ver as pessoas dentro de suas especificidades, respeitando-as.

O capítulo II explora a importância da Lei 11.645/08, que obriga a introdução da história e da cultura indígenas nas escolas de ensino fundamental e médio nas disciplinas de história e artes. Essa Lei foi o primeiro passo para a busca de uma consciência de que precisamos valorizar os povos nativos, como parte da identidade brasileira.

Finalmente, o capítulo III explora os resultados da nossa pesquisa qualitativa, apresentando o campo de pesquisa, no caso a escola já referida anteriormente, detalhes do perfil dos professores entrevistados, bem como a análise dos dados.

## **CAPÍTULO I - DIVERSIDADE ÉTNICO/CULTURAL EM SALA DE AULA**

A escola é um ambiente heterogêneo e por isso a diversidade étnica se torna perceptível. Ora, a diversidade em sala de aula é gritante, apresentando negros, brancos, mestiços, como também alunos de classes sociais, religião, condição sexual etc. distintas. Em um ambiente tão plural o respeito ao outro deveria ser recorrente. Absorver uma diversidade tão grande entre as pessoas não é uma tarefa fácil. As escolas, os professores e as Secretarias de Educação não estão preparados para suportarem um contingente tão diferente de pessoas. O papel do professor, nesse contexto, é tentar romper com o racismo/preconceito e construir um mundo em que exista a convivência pacífica com pessoas tão distintas.

O respeito à diversidade étnica/cultural é o principal problema enfrentado nas escolas atualmente. O respeito ao outro se torna difícil, pois os alunos trazem de suas casas uma visão já criada através dos laços familiares. O papel da escola, nesse processo, é, então, desconstruir esse preconceito e tentar tornar esse aluno um cidadão que respeite o outro em suas especificidades, sejam elas étnicas e/ou culturais.

A Constituição de 1988 tornou o racismo um crime inafiançável. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) estabeleceu a diversidade e a pluralidade cultural em suas matrizes. As Leis 10.639 e a 11.645 impunham a obrigatoriedade dos estudos da história da cultura negra e africana nas escolas. Porém, Mioranza e Roesch (2010, p. 02) lembram que “não bastarão Leis se não houver transformação de mentalidade prática. Precisamos de ações que promovam discussão desses temas, que motivem a reflexão individual e coletiva e contribuam para a eliminação de qualquer tratamento preconceituoso”. É preciso, assim, práticas pedagógicas que busquem a reflexão de que o preconceito não pode ser tolerado dentro e fora do ambiente escolar.

A diversidade étnica e cultural traz desafios para a escola. A escola democrática tem que vencer o preconceito, tomando posição contra o racismo ou qualquer outro tipo de discriminação. É na escola que ocorre a coexistência das diferenças.

A sociedade, o ambiente em que o aluno está inserido é um reflexo do que ele pensa. A construção do que nós somos é realizado através da vivência social. Os nossos conceitos e preconceitos são adquiridos na vida em comum. A família, a escola, e depois os amigos, são os responsáveis por moldar os nossos valores.

Se o homem é o sujeito da própria história, como a educação pode distanciar-se de sua vivência? O conhecimento adquirido pelo homem em sua vida social é chamado de cultura. O homem um ser cultural. O período em que a criança vive antes da idade escolar, é quando a sua cultura (valores) são criados. (SILVA, 2007)

Diante da diversidade, para construir uma escola democrática e pluralista é urgente desconstruir o currículo da própria escola. O modelo escolar brasileiro é pautado no eurocentrismo, com predomínio de uma cultura elitista, que se originou ainda na educação jesuítica, onde o público era os filhos das elites.

Com a democratização da escola e a ampliação das vagas escolares, ocorreu um acréscimo no número de estudantes. Os grupos minoritários passaram a ter acesso à escola, mas o inverso não ocorreu. A escola não vai ao encontro dos interesses desses alunos originados das classes menos favorecidas

Contudo, as percepções conceituais e conclusivas sobre culturas e sua influência sobre o ensino escolar não convergem. Alguns autores como Patto (1996) apresentam críticas às teorias e autores que preconizam que o fracasso escolar das crianças provenientes de classes populares é consequência de a escola pública ter currículo elitista, baseado na cultura da classe média. (SILVA, 2007, p. 02)

É preciso que a escola tenha um ensino que valorize o conhecimento adquirido pelos alunos vindos das classes menos favorecidas. Entre os fatores para a evasão escolar, está justamente o fato de que a escola não oferece um currículo que favoreça o interesse dos alunos.

Vários fatores podem ser apontados para o fracasso de uma escola pluralista, entre eles está o despreparo dos professores. O ideal seria uma sala de aula homogênea, com alunos vivendo o mesmo grau de aprendizagem, a mesma origem social e étnica. Mas é uma utopia. Os governos, em todas as suas esferas, deveriam preparar os profissionais para trabalhar em ambiente com tamanha diversidade.

Para que a escola tenha uma educação focada na democracia, onde contemple a diversidade étnica e cultural, é preciso também que o professor esteja preparado para esses alunos. Porém, os cursos de formação, geralmente, não possuem disciplinas sobre diversidade étnica e cultural. Até mesmo os cursos de formação continuada não preparam esses profissionais para essa realidade.

O diferente é uma constante nas salas de aula. O papel da escola é tentar manter os conceitos étnicos preconceituosos adquiridos em sociedade fora de suas portas e tentar desconstruí-los, para tornar esses alunos pessoas toleráveis com as diferenças.

Trabalhar a diversidade cultural na escola é um desafio muito grande. A escola precisa atender aos diversos níveis e competências dos alunos. A escola é o lugar onde todos os alunos devam ter a oportunidade de explorar as suas potencialidades. A escola precisa valorizar o conhecimento do aluno, utilizando diversas estratégias, para os múltiplos saberes.

A aprendizagem depende da interação do aluno, desde a infância, com o outro. A escola possui uma diversidade étnica e cultural, onde cada aluno traz a sua vivência e o seu conhecimento construídos em sua vida social. Na escola essas características próprias serão ampliadas. O professor terá que ter um trabalho diversificado, para que todos os alunos tenham as mesmas oportunidades, mas observando-se as peculiaridades e desenvolvendo as diferentes metodologias.

Planejar é preciso. Como cada aluno possui suas próprias características, não podemos acreditar que tenham um conhecimento homogêneo. O planejamento é interdisciplinar para absorver todas as competências e peculiaridades. Ao superar essas barreiras, romperemos com as ideias construídas e destruiremos os parâmetros que constituem um entrave para a construção de uma escola que prioriza a diversidade. É preciso um planejamento que tenha o foco na valorização de todas as culturas e de todos os saberes.

Para entender essa multiplicidade que ocorre em sala de aula, é preciso enfatizar a ligação entre as disciplinas. A interdisciplinaridade é algo novo, sem uma definição clara, mas de grande importância. Compreendendo que o mundo é interdisciplinar, a visão que se tem dele ganha maior amplitude. Como afirma Fazenda (1991, p. 57) “a interdisciplinaridade é necessária e básica para conhecer e modificar o mundo (...) através da eliminação de barreiras entre as disciplinas e entre as pessoas.” A formação de cidadãos conscientes, do respeito ao outro, passa pela percepção que os professores têm que abandonar o comodismo, ou seja, o medo do novo e lançar-se na busca de uma educação múltipla, assim como as pessoas.

Mesmo percebendo a diversidade nas escolas, não observamos uma escola preparada para a sociedade contemporânea. Os empecilhos são muitos, o currículo escolar não visa essa diversidade. A escola ainda é mantida para preparar os filhos das elites, que se apresentam brancos, cristãos e heterossexuais. A diversidade também se reflete nas questões religiosas e de gênero.

A problemática da diversidade acaba por refletir no rendimento escolar. A partir da compreensão da individualidade dos alunos, a escola poderá ser reestruturada, passando por mudanças. Se essas mudanças não ocorrerem, se as individualidades não forem observadas, acaba por desestimular o aluno, refletindo no rendimento escolar. A escola tem que se adaptar às diferenças e não ocorrer o contrário.

O desafio para essa educação múltipla passa pelo respeito ao conhecimento do outro, pois a sala de aula é preenchida de múltiplos saberes. As inteligências são muitas, a diversidade cultural é marcante, o professor tem que ter a sensibilidade de perceber essa multiplicidade.

A construção do respeito ao outro parte do pressuposto da alteridade. Ou seja, enxergar o outro com um olhar humano, aceitando em suas especificidades. O inverso de alteridade é o etnocentrismo, quando olhamos o outro a partir de nossos padrões e não aceitamos o que nos é diferente. O preconceito surge do etnocentrismo. Quando a nossa visão é considerada como verdade, sem aceitar o contrário.

Ora, o que é considerado verdade é abstrato. Porém, uma visão etnocêntrica insere o considerado diferente num processo ideológico, considerando-o, exemplificado com o estereótipo do índio como selvagem, como um ser não humano.

Na perspectiva da alteridade, temos, então, a questão indígena. Como a escola enxerga o índio? Como a imagem do índio é construída na mente dos alunos e como essa imagem é explorada pela escola?

## **CAPÍTULO II - POVO E CULTURA INDÍGENA NO ENSINO SEGUNDO A LEI Nº 11.645**

O projeto colonizador imposto pelos portugueses foi arrasador para os povos indígenas. Foram exterminados pela força das armas, pelas doenças contagiosas e foram destituídos de sua condição de índio pela catequese, abandonando sua língua nativa pelo Português e seus deuses pela cruz Católica.

A expropriação das terras indígenas continuou no Império e na República. O avanço das áreas agrícolas, madeireira e pecuarista destruíram as florestas e expulsaram os nativos. A expansão da agropecuária foi um preço muito alto pago pelas comunidades nativas.

O índio brasileiro é visto como um ser exótico, na mesma forma que no Período Colonial. Um ser que é quase humano, passível de ser domesticado. Acreditam que falam uma mesma língua e que praticam a antropofagia.

A historiografia do século XIX, calcada nas ideias civilizatórias, colocou o índio na posição de herói nacional, exaltado nas obras de José de Alencar. O objetivo era criar uma identidade nacional, mostrando um país e um povo exótico.

Há muitas críticas sobre como a temática indígena é tratada nas escolas. O currículo não valoriza esse tema. As festas cívicas desfiguram a imagem do índio. O Dia do Índio é comemorado de forma estereotipada com crianças de rostos pintados e penas nas cabeças, como os nativos norte-americanos e entoando canções de guerra. (SILVA, 1994)

A sociedade brasileira, apesar da visível diversidade étnica, é preconceituosa, seja de forma explícita, seja de forma velada. O passado histórico, com evidentes contribuições dos negros africanos e também dos nativos americanos, não recebeu o seu devido valor, constituindo-se, assim, uma enorme dívida com o nosso passado.

Em reconhecimento a essa dívida histórica foi instituída a Lei nº 10639/03, impondo para as instituições de ensino públicas e privadas a obrigatoriedade do estudo da história e da cultura africana. Essa Lei é uma tentativa de perceber que a identidade brasileira é fruto da miscigenação com os africanos e uma tentativa de romper com o preconceito que persiste em nossa sociedade.

Mas a dívida ainda não estava quitada. Havia a dívida com os indígenas. Decorre então a publicação da Lei 11.645 de 10 de Maio de 2008, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura indígena nas escolas, juntamente com o ensino da cultura afro-brasileira, em complemento a Lei nº 10.639/03.

Entre a publicação da Lei nº 11.645 e a concretização do projeto de uma educação mais democrática, que abranja as questões étnicas e que construa um cidadão mais crítico e consciente de seu papel social, há um caminho longo a ser percorrido. O Projeto Político Pedagógico deverá nortear a busca por essas questões como também as respostas que surgirão. Também deverá, como por exemplo, priorizar a construção de um currículo que aborde a temática indígena e a produção de avaliações que busquem a reflexão sobre etnia e alteridade.

É necessário que o Projeto Político Pedagógico supere os conflitos, buscando eliminar as relações competitivas, autoritárias, rompendo com a rotina do autoritarismo, e a burocracia no interior das escolas. É a partir desse planejamento que se processam a discussão sobre a alteridade, ou seja, o direito de cada pessoa identificar-se com sua cultura. (COMAR; RUARO, 2008, p. 07)

O papel do Projeto Político Pedagógico é encontrar o caminho da democratização do ensino das escolas brasileiras, criando cidadãos conscientes de que é preciso olhar o outro com outros olhares, não enxergando as distinções raciais, mas vendo e respeitando o outro nas especificidades de sua raça.

É preciso reforçar a ideia de que a identidade brasileira é fruto da diversidade cultural dos povos que a constitui. Ao se negar essa pluralidade, estamos escondendo o passado da construção nacional, marcado pela violência contra o negro e o índio. Um povo não pode existir sem uma história. Ao inserir nos programas escolares as histórias e culturas dos negros e dos índios, estamos escrevendo nossa própria memória.

Quanto à visão construída sobre o índio, a mesma é estereotipada, desde os primeiros níveis de formação. Quando se pensa sobre os índios torna-se senso comum à ideia de um povo exótico, que vive em lugares remotos, moram em ocas e que andam nus com os corpos pintados, semelhantes às tribos que vivem nas florestas amazônicas. “Mas essas visões sobre os índios vêm mudando nos últimos tempos. E essa mudança ocorre em razão da visibilidade política dos próprios índios.” (SILVA, 2012, p. 03). A Constituição de 1988 foi a responsável por essa mudança na forma de pensar dos povos indígenas, que foram começadas por eles, nas lutas pelo seu reconhecimento como povo, e pela defesa da demarcação de suas terras.

O reconhecimento dos povos indígenas com sua identidade passa também por políticas públicas que asseguram esses direitos. Os governos em todas suas esferas devem se mobilizar em criar medidas para tentar romper com o preconceito. A escola é a maior reprodutora dessa ideologia, por ser um espaço onde a diversidade convive não muitas vezes de forma amistosa.

Em resposta ao desafio de acabar com o desconhecimento da história e da cultura indígena foi promulgada a lei nº 11.645, como apontamos acima. Mas uma mudança tão profunda não ocorre apenas por decisão governamental. Os governos têm que criar programas que capacitem os professores. Os cursos de Licenciatura em Ciências Humanas têm que disponibilizar disciplinas que contemplem as temáticas indígenas.

Evidentemente, é apenas no espaço escolar que se torna possível a construção de uma sociedade plural, que respeita a diversidade de seu povo. A intenção da lei 11.645 é justamente promover o reconhecimento à diversidade cultural do Brasil e a sua valorização.

A valorização da cultura indígena tem um obstáculo a ser ultrapassado: o currículo escolar. O programa escolar brasileiro na disciplina de história ainda é marcado pela visão eurocêntrica, com uma forte influência da cultura europeia. A disciplina de história do Brasil pouco contempla a temática indígena, resumindo-se ao Período Colonial e nas migrações asiáticas na ocupação do continente americano. É impensável combater o racismo e o desconhecimento da cultura nativa sem um programa que não explore as questões étnicas.

Outro obstáculo enfrentado pela Lei 11.645 está na própria diversidade indígena. Como priorizar a história de um povo que possui uma diversidade étnica e linguística tão grande quanto o número de povos e de línguas que vivem no território brasileiro. Antes de pôr em prática essa Lei é preciso discuti-lo com maior profundidade. Quais tribos seriam privilegiadas? Quais práticas culturais seriam analisadas?

É preciso conhecer para respeitar. As estatísticas sobre o número de indígenas no Brasil são preocupantes. A população indígena brasileira atual corresponde apenas a 0,5% da população nacional. O número de nativos é inferior a 1 milhão de indivíduos. (IBGE, CENSO 2000)

Os índices tão reduzidos dessas comunidades são resultados do total desrespeito a esses povos. Os índios sofreram com doenças contagiosas, como a Varíola, a Tuberculose, entre outras, que desde o Período Colonial vem dizimando aldeias por todo o território brasileiro.

Além dessas doenças, essas tribos são atacadas por latifundiários e madeireiros, que os expulsam de suas terras para a expansão da agricultura e para a derrubada da floresta para a indústria madeireira. O impacto da penetração do agronegócio influencia o meio ambiente, mas também modifica os modos de vida milenares desses povos.

A floresta precisa ficar de pé como forma de preservar a biodiversidade, pois mesmo nos dias de hoje ainda há espécies animais e vegetais desconhecidas. É necessário também

para manterem as fontes alimentares e as áreas agrícolas voltadas para a subsistência das tribos que vivem nas áreas florestais.

O modo de vida dos povos nativos deve ser, então, preservado. As comunidades sobrevivem daquilo que é produzido ou extraído nas suas regiões. Desde a Colônia, o melhor modo de vida que podemos caracterizar como nativo seria o Comunismo Primitivo. A ideia de posse não existia. Os bens pessoais resumiam-se apenas aos instrumentos de caça e pesca. Os frutos do trabalho eram divididos de forma igualitária, sem a ideia de acumulação de bens.

O trabalho era dividido por sexo e por idade. A divisão por gênero não significava a superioridade do homem sobre a mulher. A guerra era uma tarefa masculina, onde sua força e coragem eram necessárias. Às mulheres cabia à coleta de frutos e raízes, de onde saíam a maior parte da alimentação diária do grupo. (COTRIM, 2013)

A educação objetiva a preparação para a vida adulta. A criança é respeitada na aldeia, onde é tratada como adulto de menor estatura e aprende com os mais velhos as tradições de seu povo e a busca pela sobrevivência. As brincadeiras de caçar são o preparo para os futuros caçadores.

O respeito ao outro é uma das maiores características das tribos indígenas. A unidade da tribo é uma busca constante. Esse é o objetivo da liderança. O líder tem o seu respeito conquistado através de sua capacidade de apaziguar os ânimos nos momentos de discórdia. O seu poder vem de suas palavras e não na imposição de sua autoridade. O líder não é o mais forte, nem o melhor guerreiro ou caçador. As individualidades são substituídas pela coletividade. A harmonia tem que prevalecer. (BRAICK; MOTA, 2010)

É preciso lembrar que mesmo com números tão reduzidos, a diversidade é gigantesca. A comunidade indígena está reunida em 230 nações e que falam 188 línguas diferentes. A maioria está localizada na região Norte, onde algumas tribos se mantêm intocadas.

Mesmo com toda diversidade étnica, o índio ainda é visto de forma homogênea, como se fosse um só povo, que têm o mesmo modo de vida e os mesmos laços culturais. Essa homogeneização é fruto do Período Colonial. Acreditava-se que os índios tinham duas características, ora o gentil, ora o selvagem antropofágico. Ambos foram alvos do processo exploratório.

Esses povos nativos, entretanto, não são considerados “civilizados”, nem mesmo seres humanos. O conceito de civilização foi utilizado de forma manipulada, com a intenção de justificar a escravidão, por meio de guerras consideradas “justas”.

A escravidão indígena foi duramente combatida pelos jesuítas, que tentaram protegê-los. Para isso destruíram suas culturas, substituindo os seus deuses animistas pela cruz de

madeira, suas línguas pelo Português. Para evitar a escravidão, tiveram que destruir suas características de um povo singular.

Durante o Império, quando iniciou a busca pela identidade nacional, encontraram no índio o que havia de genuinamente brasileiro, os filhos da terra. As obras de José de Alencar trouxeram o herói gentil como Peri ou a beleza exótica de Iracema, “a virgem dos lábios de mel”, na participação de tribos na Guerra do Paraguai. No entanto, a questão da terra perdurou, com os latifundiários os expulsando de suas terras ou os matando com suas armas ou trazendo doenças.

Com a República, alguma coisa mudou. A partir dos projetos de demarcações das terras do Marechal Rondon no início do Século XX, passando pelas tentativas dos irmãos Villas Boas de haver o respeito da posse das terras, o caminho para a integração do índio na sociedade brasileira continua, mas com passos lentos.(VALADÃO *apud* BOULOS, 2013)

A constituição de 1988, em seu artigo 231, estabelece que “são reconhecidos aos índios, sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e aos direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, cabendo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”. Entre o que compete à Lei e o que se pratica são realidades bem distintas. A questão da terra continua se mostrando uma luta sem trégua.

A instituição dos Parâmetros Curriculares Nacionais, no capítulo sobre diversidade cultural, ampliou a noção sobre a multiplicidade de culturas e incentivou o aprofundamento do estudo das formas de vida e da cultura indígena, combatendo, desde as menores séries, o racismo e o preconceito.

Mesmo diante de tão promissoras perspectivas, as dificuldades de introdução da cultura indígena nas escolas são grandes. Para começar, a própria diversidade entre os índios torna difícil a catalogação de material para a produção de livros didáticos. Os modos de vida são distintos, uns povos são sedentários, outros são seminômades. As relações pessoais são diferentes, como a monogamia praticada por uns povos, enquanto outros são polígamos ou praticam a poliandria. Até a liberdade sexual das mulheres, onde algumas mulheres têm maior autonomia, enquanto outras tribos são mais conservadoras.

Os livros de história do Brasil não aprofundam a questão indígena, e quando o fazem é contextualizada ao processo de expansão portuguesa na América. Os capítulos referentes ao tema do índio acabam por reforçar o preconceito quando, por exemplo, ao explorar a resistência ao trabalho nas lavouras açucareiras, não explicam que a agricultura era uma tarefa feminina, e ao omitirem esse fato mostram o nativo como preguiçoso. A antropofagia é apresentada de forma descontextualizada às suas crenças. Esse ritual é para homenagear

virtudes como coragem dos inimigos ou em homenagem a um ente falecido. Quando não se contextualiza, torna os nativos selvagens.

O ensino de história e cultura indígena pode contribuir para uma mudança sobre o imaginário popular na questão do índio. As televisões, os rádios mostram os estereótipos, como as danças e as pinturas corporais. Outros mostram o lado negativo, como o índio bêbado perambulando pelas ruas.

A melhor maneira é aprendendo sobre as populações e suas trajetórias históricas, para romper com o racismo e o preconceito.

A alteridade é imprescindível para a construção de uma escola democrática, plural e diversa. Mas essa escola só é possível quando o preconceito, a visão etnocêntrica for abandonada. A Lei 11.645 por si não resolve. Os professores têm que ser capacitados. Os espíritos desarmados, prontos para ver o outro com um outro olhar.

## **CAPÍTULO III - A PESQUISA: COLETA E ANÁLISE DOS DADOS**

### **3.1. CAMPO DE PESQUISA: EMEIF Professora Ceci Badu de Sousa**

A Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Professora Ceci Badu de Sousa, situada no município de Ibiara – PB, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, foi criada em 1989, pela lei 113/79, em homenagem à professora Ceci Badu de Sousa, em retribuição aos serviços prestados à educação do município.

A escola funciona com três modalidades de ensino, os níveis Fundamental I e II, e a modalidade EJA. As séries iniciais do Ensino Fundamental são disponibilizadas as turmas de pré escolar, 2º, 3º, 4º e 5º anos. As fases finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) são disponibilizadas nos horários de manhã e tarde com quatro turmas por turno. No turno da noite é oferecida aulas para turmas do EJA.

O quadro de funcionários é composto por 18 professores e 13 pessoas que desenvolvem atividades como agente administrativo, merendeira, vigilante, fiscal de disciplina, auxiliar de serviços gerais e bibliotecário.

A organização do espaço físico é composto por 8 salas de aula, 14 banheiros, 1 laboratório de ciências, 1 laboratório de informática, 1 biblioteca, 1 cozinha, 1 almoxarifado, 1 secretaria, 1 pátio coberto, 1 sala de professores, 1 bebedouro e 1 sala de recursos multifuncionais.

O quadro de professores é formado por 18 professores todos com formação em licenciatura em suas áreas específicas e a maioria tem pós-graduação em especialização.

A escola tem parceria com órgãos públicos como o CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), CREAS (Centro de Referência Especializada de Assistência Social), o Conselho Tutelar, a Secretaria de Ação Social, a comunidade local, a Prefeitura Municipal, a Secretaria Municipal de Educação, a Secretaria Estadual de Educação e o Posto de Saúde local.

### **3.2. TIPO DE PESQUISA**

O estudo proposto foi desenvolvido com a utilização da abordagem qualitativa. A pesquisa qualitativa costuma ser direcionada, ao longo de seu desenvolvimento, não objetivando enumerar ou medir eventos e por isso, geralmente, não emprega instrumental estatístico para análise dos dados. A partir dessa compreensão, seu foco de interesse, além de

ser amplo, parte de uma perspectiva diferenciada da adotada pelos métodos quantitativos. (MINAYO, 1993)

Na pesquisa qualitativa a coleta de dados é frequentemente verbal ou pela observação. A preocupação aqui é detectar o significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida como preocupação do investigador. (NEVES, 1996)

No caso específico da nossa pesquisa, a partir de entrevistas realizadas usando um roteiro semiestruturado (perguntas abertas) e, também, contendo algumas questões objetivas, procuramos detectar as representações que os professores do ensino fundamental I e II construíram em relação à diversidade cultural, à Lei 11645 e ao ensino da cultura dos povos indígenas, da EMEIF Professora Ceci Badu de Sousa.

### **3.3. SUJEITOS DA PESQUISA**

Efetuamos esta pesquisa (coleta de dados) juntamente aos professores do ensino fundamental I e II da referida escola, sendo entrevistados três (03) do sexo feminino e um (01) do sexo masculino, totalizando quatro (04) entrevistados.

Dos quatro (04) professores entrevistados, dois (02) se autoidentificaram quanto a sua cor da pele como “branca” e dois (02) como “parda”. Três (03) estão acima dos quarenta (40) anos e um (01) com trinta e quatro (34) anos. Dois (02) são casados ou moram com companheiro e dois (02) são separados ou divorciados ou desquitados. Quanto à religião, todos são católicos. Na escola escolhida enquanto campo de pesquisa, são professores de língua portuguesa, matemática, história ou ensino religioso, considerando que apenas um (01) professor leciona duas disciplinas, e outro leciona todas as disciplinas. Dois (02) professores lecionam em quatro (04) turmas da referida escola, um (01) em seis (06) turmas, e outro leciona em apenas uma turma.

Quanto à formação dos professores entrevistados, um (01) possui licenciatura plena em história; outro é formado em letras e pedagogia; outro pós-graduado em matemática; e, finalmente, outro é formado, também, em pedagogia.

A coleta de dados foi realizada por meio de um roteiro de entrevista com dezesseis (16) questões, sendo nove (09) questões objetivas e sete (07) questões subjetivas, direcionado aos professores, que responderam o mesmo com o próprio punho. Tal coleta foi realizada mediante a permissão da gestora da instituição escolar.

É preciso evidenciar que para garantir o sigilo das falas dos professores usamos códigos (letras e números) para diferenciá-los.

### 3.4. ANÁLISE DOS DADOS

#### 3.4.1. Perscrutando diversidade cultural em sala de aula

A sala de aula é um ambiente heterogêneo, caracterizado por uma mescla de rostos e tons de pele diferentes. Perceber essa heterogeneidade é buscar construir um mundo mais humano, onde o outro é visto sem preconceitos. A escola, nesse sentido, é o ambiente onde as diferenças são mais percebidas e que a coexistência se torna mais possível. No entanto, muitas vezes nos deparamos com situações conflituosas, onde a questão racial se transforma em ações de intolerância.

O ser humano tem a sua personalidade moldada na sua vivência, no contato com o outro. Seus conceitos e preconceitos são construídos em sua vida social, seja ela em casa, na escola, ou com seus amigos. É a vida em sociedade que nos faz ser o que somos e o que pensamos.

O papel da escola é, então, desconstruir os preconceitos adquiridos pelos alunos em sua vida social, tornando-os pessoas mais tolerantes, que aceitam as diferenças e que ao ultrapassarem os muros da escola se depararem com um mundo marcado pela diversidade e que estejam preparados para vivê-lo. É nesse contexto que acreditamos ser importantíssimo detectar como os professores percebem a diversidade cultural, lembrando que são os mesmos que podem tanto desmistificar como legitimar situações de preconceitos relacionadas às diferenças étnico/culturais. Para isso, inicialmente indagamos aos professores entrevistados o que é diversidade cultural, onde obtivemos as seguintes respostas:

São variedades de culturas que compõem a identidade de cada povo e se expressam nos comportamentos, valores, língua, danças, na forma de se vestir, religião e etc. (A1)

São as diferentes culturas existentes entre os povos. (A3)

São diferenças culturais que existem entre o ser humano. São práticas e ações sociais que seguem um padrão determinado no espaço/tempo. (A4)

Aqui verificamos que as respostas dos professores foram as mais óbvias possíveis, porém mostrando conhecimento sobre o assunto.

Quanto à pergunta “qual a importância do ensino da diversidade cultural em sala de aula”, os professores responderam o seguinte:

Ela se dá no sentido de quebrar preconceitos e de se construir uma mentalidade nos alunos que valorizem os costumes de cada povo, reconhecendo-os e respeitando-os e entendendo que não existe cultura melhor ou mais desenvolvida que outra, apenas culturas ou modos de vida diferentes. (A1)

Estimular o respeito às diferenças e um melhor conhecimento de mundo. (A2)

A cultura de um povo é formada por vários elementos, transmitida de geração em geração e demonstra aspectos locais de uma população, sabendo disso, não há como não trabalhar essa diversidade em sala de aula, por isso é de suma importância que o alunado além de conhecer a fundo sua cultura, conheça outras e aprenda a aceitá-la e respeitá-la. (A3)

(...) os alunos devem ter conhecimento da diversidade cultural do nosso país e saberem a origem das festas folclóricas, culinária, crenças e outros tipos de manifestações culturais. (A4)

Vê-se que os professores entrevistados consideram muito importante as discussões sobre diversidade cultural em sala de aula junto aos alunos. Ao serem questionados sobre a importância do ensino da diversidade cultural, todos perceberam que o mesmo pode tornar os alunos mais humanos e aptos a construir um mundo melhor. Essa importância, supomos, deve-se ao interesse dos mesmos em trabalhar temas em sala de aula que proporcionam um maior respeito quando à diversidade étnico/cultural, imprescindível para uma vivência em grupo mais harmoniosa e menos preconceituosa.

Sobre se os professores trabalham em sala de aula aspectos da diversidade cultural, todos responderam que “sim”, e, caso positivo, quais os temas discutidos e como são trabalhados, vejamos as respostas abaixo:

Cultura indígena, africana e europeia e sua importância para a formação intercultural do Brasil. Com aulas expositivas e uso de recursos audiovisuais de análise de várias culturas, bem como a mistura dessas culturas e debate sobre os temas. (A1)

Temas como racismo, preconceito e o respeito pelas diferenças. Promovendo diálogos sobre os temas, dando aos alunos experiências e conhecimento de respeito e compreensão. (A2)

Os temas mais discutidos são: respeito, discriminação, preconceito, religião, entre outros. Os mesmos trabalhados através de debates, posicionamentos, conversas informais e reflexões. (A3)

Trabalho com pluralidade cultural, através de pesquisas, leituras, discussões, estudos sobre culinária típica, festas populares, manifestações religiosas (...) (A4)

Percebemos, então, que os temas tratados em sala de aula proporcionam uma reflexão sobre o direito à diferença, e que esta não seja considerada sinônimo de inferioridade, mas de riqueza, merecedora de todo respeito. Os modos de trabalhar tais temas em sala de aula são aqueles corriqueiros, cotidianos, como debates, oficinas, usando recursos audiovisuais etc.

### **3.4.2. Problematizando a Lei 11645**

A História é escrita pelos vencedores. Os povos vencidos são transformados em escravos e sua história é esquecida. A memória dos derrotados vai se esvaindo com o passar do tempo. O colonizador usa a estratégia da destruição da cultura para impor o seu domínio e ao mesmo tempo exterminá-lo como povo. Em relação aos índios brasileiros, esse método funcionou muito bem. O colonizador não apenas causou a morte física dos nativos, como também a sua cultura foi jogada no esquecimento. A cruz e a Língua Portuguesa foram suas armas.

Objetivando o resgate da história e da cultura indígena é que foi decretada a Lei 11.645/08, obrigando as escolas públicas e privadas a introduzirem em seus currículos a temática indígena.

Abaixo os professores entrevistados respondem se conhecem a Lei 11645. Dos quatro (04) professores, apenas um (01) informou que já tinha ouvido falar da Lei, mas não conhecia suficientemente sobre o assunto para falar da mesma. Quanto aos outros professores que informaram conhecer a Lei, vejamos como avaliam a mesma:

Vejo como extremamente importante para o conhecimento da origem do contato entre os povos que formaram a sociedade brasileira. Conhecer a história e a formação do povo brasileiro é importante para eliminarmos preconceitos que sobrevive em nossa sociedade em decorrência das mazelas do nosso passado colonial. (A1)

Muito importante, pois os alunos devem conhecer a história de poucos vista por outro modo, não apenas do modo europeu que é ensinada em sala de aula hoje. (...) (A2)

Essa Lei é de suma importância para o ensino da diversidade cultural do Brasil, uma vez que amplia o foco dos currículos escolares para a diversidade cultural, racial, social e econômica brasileira. (A4)

Percebemos nas falas acima uma postura que defende a inclusão da referida Lei e de suas propostas no ensino, que deverá ser incluída no currículo escolar. Um dos professores

entrevistados lembrou que as discussões devem ficar longe das visões eurocêntricas construídas com o propósito, muitas vezes, de hierarquizar as culturas/etnias, colocando o próprio modo de viver europeu como sendo o ponto de referência de onde todas as outras culturas deveriam ser comparadas. Com isso, culturas que se distanciassem do modelo europeu seriam consideradas atrasadas, incivis, selvagens e bárbaras. Entender as culturas a partir da lógica de funcionamento de cada uma delas é um modo de fugir do preconceito e dos estereótipos negativos.

### **3.4.3. O povo e a cultura indígena discutidos em sala de aula.**

A Lei 11.645/08 estabelece a obrigatoriedade do ensino da cultura indígena nas escolas. A relevância dessa Lei reflete na busca pela construção da identidade nacional. É preciso a imposição do Estado para percebermos o nosso passado e a dívida que tínhamos com os povos nativos. É nesse sentido que também perguntamos como os professores representam o povo a cultura indígena. Abaixo as respostas:

Simplemente como os primeiros habitantes do território que hoje compõe o nosso país desde milênios e que com a colonização do século XVI foram sendo dizimados ao longo dos anos. Povos que desenvolveram culturas diferenciadas e que mesmo com o contato com outras culturas, as imposições, nos dias atuais, ainda preservam a sua identidade, a exemplo de muitas comunidades indígenas que vivem isoladas, sem qualquer contato com a “civilização”. (A1)

Com diversas atividades variadas, como desenhos, pinturas, textos informativos etc. (A3)

(...) A cultura indígena é composta pela religião e crenças, costumes, produção, artes, habilidades, pinturas, tecidos, cestarias, canoas, cerâmica, música... (A4)

As respostas acima, em nenhuma momento, enfatizaram que não existe “uma” cultura indígena, mas uma multiplicidade delas, considerando que diferentes etnias indígenas fazem parte, por exemplo, da história do Brasil. Inclusive, alguns estudiosos da Lei em questão enfatizam a dificuldade de se trabalhar essas etnias em sala de aula, pois o estudo das mesmas terminam minimizando ou invisibilizando umas em detrimento das outras. O grande desafio é problematizar o maior número possível dessas etnias, mostrando a diversidade de costumes existentes.

Aspectos do povo e da cultura indígena são trabalhados em sala de aula? Caso respondam que “sim”, como? Vejamos as respostas dos professores para essa pergunta.

Sim, as danças, forma de se vestir, de se pintarem, culinária etc. Com aulas expositivas e audiovisuais, com debates em sala de aula sobre os itens abordados. (A1)

Sim. O tipo de vida que eles têm, o valor pela natureza, a simplicidade, e a opressão em relação a esse povo. (A2)

Sim. Sobretudo nas aulas de história, destacando sua história e também alguns costumes que adquirimos através deles. (A3)

Na disciplina de língua portuguesa, trabalho a questão da língua, costumes, ou seja, palavras que fazem parte do nosso cotidiano, o uso e costumes indígenas, através de leituras e pesquisas. (A4)

Aqui os professores apontaram quais aspectos da cultura/etnia indígena são problematizados em sala de aula, bem como um dos entrevistados falou que trata tais assuntos inseridos nas aulas de língua portuguesa, lembrando que tal estudo não forma uma disciplina específica, mas deve ser discutido nas várias disciplinas que pertencem ao currículo escolar.

Finalmente, indagamos aos professores qual a importância de se trabalhar a história do povo e a cultura indígena em sala de aula. Vejamos:

Se dá no sentido de termos uma visão geral sobre a história dos primeiros habitantes do nosso território, de construir atitudes de respeito e valorização da sua cultura, na eliminação de preconceitos e superação de outros males. (A1)

Para que os alunos conheçam sobre esse povo, dos quais descendemos, de cultura tão rica, e que são tão importantes em todo o percurso histórico do país, e ao mesmo tempo, são tão oprimidos. (A2)

Para um melhor encaminhamento do aluno na descoberta e reflexão sobre a história de um povo, como também possibilitar uma visão mais atual, coerente e sem preconceito, valorizando e respeitando assim a diversidade cultural. (A3)

É importante, aqui, que a introdução das questões indígenas em sala de aula possibilitem e legitimem reflexões que diminuam o preconceito e a intolerância em relação a essa população quase dizimada da história do Brasil.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É sabido que o desconhecimento presente nas escolas em relação ao estudo das culturas afrodescendentes e indígenas, seja da temática ou da maneira de problematizá-las, legitima a importância da Lei 11.645/08, pois ao ser colocada em prática são encontrados grandes obstáculos, como a resistência de alguns professores, a carência de material disponível e também a falta de disciplinas específicas nos cursos de graduação que capacitem os professores para tratarem dessa questão com propriedade e seriedade.

O estudo das culturas indígenas, por exemplo, não determina a existência de uma disciplina específica e solta. São necessárias a produção de conhecimentos e formação de atitudes e valores capazes de educar cidadãos conscientes de seu pertencimento étnico-racial. Assim, a proposta de formar para a educação das relações étnico-raciais contribui para o respeito à diversidade étnico/cultural, para a valorização das questões que envolvem os povos africanos, afro-brasileiros e indígenas, que, até então, foram tratadas na perspectiva do preconceito, intolerância e da discriminação.

Finalmente, as respostas dos questionários trazem um sentimento de otimismo em relação ao valor que deve ser dado a esse povo que durante toda a história brasileira teve suas terras tomadas, seus modos de vida alterados e seus costumes considerados selvagens. Porém, não podemos esquecer que os livros didáticos ainda deixam muito a desejar, pois exploram mais a história europeia – ou a história dos outros povos do ponto de vista Europeu – e quando explora a questão indígena não há aprofundamento das questões, pois muitas vezes a forma etnocêntrica reina, proporcionando o preconceito e estereótipos, e sem, muitas vezes, justificar alguns costumes.

## REFERÊNCIAS

- BRAICK, P. R.; MOTA, M. B. **História: das cavernas ao segundo milênio**. Volume 02. 2 ed. São Paulo, 2010.
- COMAR, S. R.; RUARO, J. C. As Leis N° 10.639/03 e N° 11.645/08: os limites e as perspectivas de uma legislação. In: **II SIMPÓSIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO**. Paraná, 2010.
- COTRIM, G. **História Global: Brasil e geral**. Volume 02. 2 ed. São Paulo, 2013.
- CRUZ, C. S.; JESUS, S. S. Lei 11.645/08: a escola, as relações étnicas e culturais e o ensino de história - algumas reflexões sobre essa temática no PIBID. In: **XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**. Natal, 2013.
- FROEMMING, S. do A. **A Lei 11.645/08: abordando a diversidade nas aulas de arte**. São Paulo, 2011.
- FUNARI, P. P.; PIÑON, A. **A temática indígena na escola: subsídio para professores**. São Paulo: Editora Contexto, 2011.
- GIOVANELLA, M. C. M. N. **A diversidade em sala de aula**. Paraná.
- JÚNIOR, A. B. **História: sociedade e cidadania**. Volume 02. 1 ed., 2013.
- MINAYO, M. C. S. et al. (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1993.
- MIORANZA, A. J.; ROESCH, I. C. C. A diversidade cultural no cotidiano da sala de aula. In: **II SIMPÓSIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO**. Paraná, 2010.
- NEVES, J. L. Pesquisa qualitativa – características, usos e possibilidades. In: **Caderno de Pesquisas em Administração**, São Paulo, v. 1, n 3, 2 semestre, 1996.
- PAIM, E. R.; FRIGÉRIO, N. A. **O desafio de trabalhar a diversidade cultural na escola**. Santa Catarina.
- SILVA, E. Povos indígenas: histórias, culturas e o ensino a partir da Lei 11.645/08. In: **Revista Historien**, UPE/Petrolina. Pernambuco, 2012.
- SILVA, K. R. da. Diversidade cultural em sala de aula: representações docentes sobre os saberes e experiências de alunos. Brasília, 2007.
- SILVA, E. Povos indígenas e ensino de história: subsídios para a abordagem da temática indígena em sala de aula. In: **V ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES DO ENSINO DE HISTÓRIA**. Paraíba, 2001.

# APÊNDICES

## APÊNDICE 1

**Roteiro de Entrevista****QUESTIONÁRIO/ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA OS(AS) PROFESSORES(AS) DO ENSINO FUNDAMENTAL I E II.****IDENTIFICAÇÃO DO PROFESSOR (A)****1. Idade:** \_\_\_\_\_ anos**2. Sexo**

- Feminino  
 Masculino

**3. Cor/Raça:**

- Branca  
 Negra  
 Parda  
 Indígena  
 Outra \_\_\_\_\_

**4. Estado Civil:**

- Solteiro(a).  
 Casado(a) / mora com um(a) companheiro(a).  
 Separado(a) / divorciado(a) / desquitado(a).  
 Viúvo(a)

**5. Onde você nasceu?** \_\_\_\_\_**6. Religião:**

- Católica  
 Evangélica  
 Espírita  
 Candomblé/umbanda  
 Sem religião/ateu  
 Sem religião/acredita em Deus  
 Outra \_\_\_\_\_

**7. Qual sua formação?** \_\_\_\_\_**8. Você leciona nessa escola em quantas turmas do ensino fundamental I e II?** \_\_\_\_\_**9. Nessas turmas, é professor(a) de qual(is) disciplina(s)/matéria(s)?**  
 \_\_\_\_\_

1. Pra você o que é diversidade cultural?
2. Qual a importância do ensino da diversidade cultural em sala de aula?
3. Você trabalha aspectos da diversidade cultural em sala de aula? Se positivo, quais os temas discutidos em aula de aula? Como esses temas são trabalhados?
4. Você conhece a Lei 11645, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”? Se positivo, como você avalia a mesma?
5. Como você representa o povo e a cultura indígena?
6. Aspectos do povo e da cultura indígena são trabalhados em sala de aula? Se positivo, como?
7. Qual a importância de se trabalhar a história do povo e a cultura indígena em sala de aula?